

Uma Pioneira na Política Vintista: *Joaquina Cândida Lobo e o seu “Catecismo”*

Zília Osório de Castro (Universidade Nova de Lisboa)

Resum /Resumen /Abstract

Joaquina Cândida ao escrever o seu Catecismo tinha no horizonte promover a instrução política tanto dos homens como das mulheres. É certo que aparentemente se lhes dirige exclusivamente, já que ao longo das páginas usa apenas o masculino. Mas da análise do conteúdo da sua mensagem ressalta que elas não podiam ser deixadas à margem de um processo que as envolvia e no qual não podiam deixar de participar de forma consciente, quando esclarecidas. Neste sentido, a orientação que pretendia transmitir ao escrever o Catecismo, no nosso entender, não se dirigia abstractamente aos cidadãos portugueses, mas às cidadãs e aos cidadãos. Para ela, aquelas tinham um lugar próprio na sociedade liberal e deviam contribuir para a sua edificação. Ao publicar o seu pequeno opúsculo pretendeu apelar às mulheres e aos homens para que se unissem na construção da sociedade do futuro.

Joaquina Candida to write his Catechism was on the horizon to promote political education of both men and women. It is true that apparently geared exclusively to them, as throughout the pages uses only the male. But at the content of your message points out that they could not be sidelined in a process that involved and which could not fail to participate in an informed way, when cleared. In this sense, the guidance was intended to convey in writing the Catechism, in our view, was not addressed in the abstract to Portuguese citizens, but to citizens and citizens. For her, they had a place in liberal society and should contribute to the building. By posting your little booklet intended to appeal to women and men to unite in building the society of the future

Paraules clau /Palabras clave /Key Words

Joaquina Cândida, Catedismo, Primeira constituição liberal portuguesa
Joaquina Cândida, Cates, First Portuguese liberal constitution



109

Com a data de 1822 – ano da aprovação da primeira constituição liberal portuguesa – foi publicado em Coimbra, pela Imprensa da Universidade, um opúsculo intitulado *Catecismo religioso, moral e político para instrução dos cidadãos portugueses*. Em si mesmo este facto teria uma relevância moderada, já que ao tempo a publicação de catecismos não constituía novidade. Na verdade, os primeiros liberais, nomeadamente os vintistas, reconheciam as potencialidades que lhes eram inerentes. E porquê? Porque por catecismo se entendia, formalmente, uma pequena brochura, escrita em linguagem simples e acessível, não raras vezes utilizando o diálogo entre mestre e discípulo. Destinava-se a instruir, transmitindo noções elementares de uma ciência ou área de saber. De início, ou seja, a partir do século XVI, haviam sido utilizados no mundo ocidental pelos membros da Igreja Católica como meio de ensinar a sua doutrina. Pequenos, simples e acessíveis haviam tido uma larga aceitação por atingirem o fim pretendido. Face a tal sucesso, que foram sendo adoptados por outras áreas de saber, sobretudo a partir do século XVIII.

Surgiram, assim, os catecismos políticos, económicos, constitucionais, militares, do cidadão, etc., seguindo para os fins específicos de cada um dos saberes, o caminho traçado e experimentado pelos prosélitos do catolicismo. Na sequência da Revolução

Francesa, devido às mutações então ocorridas também em termos de valores, os catecismos políticos inundaram a Europa e encontraram eco em Portugal não por via de imposição, mas pela sua função operativa. Aqui, o interesse por este género de obras despontou nos finais deste mesmo século, e viria a ter acentuado significado no seguinte. Através de originais ou de traduções, Portugal viu-se confrontado com um tipo de publicações de forma tradicional e de conteúdo contemporâneo. E aderiu ao desafio que a Europa lhe fazia, de modo particular, neste âmbito. Este mesmo desafio, ouvido entre 1808 e 1820, conheceu a partir daí crescente divulgação por razões que são fáceis de detectar.

Data de 1812 a circulação em território português de catecismos espanhóis em que a constituição era explicada. E a vitória do vintismo em 1820 daria um outro alento a estas publicações. Nesse mesmo ano sairia a *Explicação da lei natural ou catecismo do cidadão* de Volney, considerado a primeira iniciativa vintista deste género de literatura. Seguiu-se-lhe o *Catecismo patriótico para uso de todos os cidadãos portugueses*, de M. de la Croix. Os primeiros originais portugueses datam de 1821 e foram o *Catecismo religioso-político-agrónomo*, o *Catecismo político* e o *Catecismo constitucional*. Outros se lhe seguiram com maior ou menor aceitação, sendo certo que alguns mereceram segunda edição. Saliente-se, porém, que não foram apenas os adeptos do vintismo que reconheceram as potencialidades dos catecismos enquanto veículo de instrução política. Um exemplo encontra-se no *Catecismo* de Faustino José da Madre de Deus. Publicado nos anos vinte, revela acentuado pendor conservador, o que mostra terem eles sido politicamente aceites por diversos ideários.

Parece mais que evidente que o aparecimento destas pequenas obras obedeceu a um objectivo comum: a instrução política da população portuguesa, tornando-a minimamente apta para compreender o significado das mutações efectuadas ou em curso na sociedade portuguesa, assim como a diversidade das propostas ou, mesmo das possíveis alternativas. Curiosamente seriam alguns membros da sociedade a manifestarem-se activamente no sentido de a promover. Tornar-se-ia possível discernir neste caso concreto uma clara abertura desta última relativamente às implicações civis das mutações políticas. E daí à conjugação da instrução e da política como fundamento da cidadania pretendida para todos os portugueses. Ser cidadão implicava saber sê-lo.

110

A sensibilidade a esta questão e a premência de lhe dar resposta consonante com o regime recém implantado surgiu nas Cortes Constituintes de 1821-1823 pela boca de Borges Carneiro. Propôs que nas escolas ao lado do catecismo religioso se ensinasse o catecismo político e que se instituisse um prémio para galardoar quem, em quatro meses, estruturasse uma proposta de catecismo. E apresentou pessoalmente um projecto de lei para um programa do mesmo. Não se pode dizer que a intervenção do deputado tivesse grande impacto na Assembleia, embora a proposta tivesse sido enviada para a Comissão de Instrução Pública e aprovada com pequenas emendas. Também houve vários cidadãos que remeteram para a Assembleia os seus textos. Uns seriam publicados, outros não. Do prémio ninguém mais ouviu falar. O fraco interesse por questões de educação manifestado pela assembleia vintista ou a eventual subalternização da educação política poderiam ter ditado esta atitude das Cortes.

É neste contexto que se insere o catecismo acima mencionado. A sua publicação não era, em si mesma, uma novidade. Os seus objectivos também não o eram, como de imediato se induz do título e, depois, nas palavras introdutórias. Salientou-se, sim, e

nunca será demais acentuá-lo, por ter sido escrito por uma mulher, de seu nome Joaquina Cândida de Sousa Calheiros Lobo. Como tem sido frequentemente mencionado, descendia de famílias ilustres e abastadas. Ao tempo, contava quarenta e dois anos. Era casada e mãe de dois filhos. Tanto estes como o marido e o pai haviam sido licenciados pela Universidade de Coimbra, o que revela ter nascido e vivido num ambiente cultural comum a uma carta elite. Não consta que qualquer deles tivesse participado nas lutas liberais, mas a sua opção política não deixa dúvidas. Porém, onde estavam as suas raízes? Seja como for, quando em 1822 Joaquina Cândida publicou a sua primeira e única obra, não só evidenciou uma sólida formação política liberal, como demonstrou inequívoca adesão ao novo regime que pretendia ver partilhado por todos os portugueses.

Recorde-se, em primeiro lugar, ter desejado que o seu texto servisse “para a instrução do cidadão português”, como teve o cuidado de enunciar no título do *Catecismo*, apontando, também ela, para a necessidade da aliança entre instrução e política. Depois não se eximiu de intervir na sua concretização efectiva. Por fim, com ele quis assumir sem reservas o seu credo liberal. Foi, de facto uma pioneira, talvez a única neste período, manifestando-se com a humildade de quem não ignorava as suas limitações, e ao mesmo tempo com a ousadia de quem sentia ter um dever cívico a cumprir. Foi como cidadã convicta que escreveu estas palavras para apresentar o seu *Catecismo*:

Julgo do meu dever prevenir os meus leitores, fazendo-lhes saber, que eu, quando intentei esta minha pequena obra, não me propus a desenvolver com toda a amplitude as matérias, que nela se tratam; mas tão somente a dar-lhes um pequeno toque, que ficasse ao alcance de qualquer leitor, deixando a outros escritores mais hábeis o desenvolvimento, de que elas são susceptíveis, e que não podia abranger a apoucada esfera dos meus conhecimentos¹.

Declarar pretender que o *Catecismo* " ficasse ao alcance de qualquer leitor" tal como afirmar no título que se destinava a instruir os cidadãos portugueses, não só demonstrava perfeito conhecimento do que se esperava de uma obra deste tipo, como a intenção de colaborar activa e individualmente no pendur cívico do sistema de governo agora criado, e já em vias de ruir devido aos males internos e externos que nele se reflectiam. Se bem que ao longo do texto nunca sejam referidos explicitamente factos concretos, eles transparecem das entrelinhas. Tal como transparecem, com a força de um aviso, das linhas que se seguem e que antecedem o início da obra:

Desejo unicamente mostrar que a religião, a moral e a política são os fundamentos mais sólidos do edifício social e que sem a prática da virtude e dos bons costumes nenhum sistema, por mais sábio que seja poderá prosperar. A virtude deve ser o leme da nau do estado, sem o qual, ou mais tarde, ou mais cedo, o naufrágio será certo no meio da tormenta das paixões humanas. Oxalá, que os meus leitores se persuadam desta importante verdade...².

Estava-se em 1822. No ano anterior ouvira-se na assembleia o apelo de Borges Carneiro. O desencanto e a reacção começavam já a ocupar o lugar da euforia da vitória

¹ JOAQUINA CÂNDIDA DE SOUSA CALHEIROS LOBO, *Catecismo, religioso, moral e político para instrução do cidadão português*, Coimbra, na Imprensa da Universidade, 1822, p.3.

² *Ibidem*, p. 4



das forças liberais, iniciada ao pé da porta e alargada rapidamente a todo o país, inclusivamente a Lisboa. Importava relembrar os momentos áureos já vividos e o seu significado. Para isso, terminado o *Catecismo*, Joaquina Cândida publicou sob o título de *Poesias* e na sequência da paginação, fazendo um todo com ele, cinco poemas muito ao gosto da época. Intitulou-os, respectivamente, *à Restauração de Portugal*, *Ao Senhor D. João VI quando veio a notícia de ele ter jurado as Bases da Constituição no Rio de Janeiro*, *Na ocasião em que se espalhou a notícia de que em Laybach se tinha decretado a escravidão da Europa*, *à chegada de D. João VI a Lisboa*, *Às nossas Cortes No aniversário da sua instalação*. O conjunto revelava o júbilo pela queda do absolutismo, o entusiasmo pela adesão de D. João VI ao constitucionalismo representativo e a alegria pela sua chegada a Portugal, sem esquecer, finalmente, o que representava o primeiro aniversário da reunião das Cortes Constituintes. A autora tornava clara a sua adesão ao sistema constitucional, "mantido no trono D. João VI" e "reunidas as Cortes", ou seja, manifestava adesão ao novo regime tal como ele se configurava nas suas grandes linhas.

Foi com base nesta dualidade e, tendo como pano de fundo esta fé inabalável, que desenvolveu a sua doutrina. Em poucas páginas - cerca de cinquenta - conforme o uso, em forma de diálogo, como era devido, e apresentado em capítulos, também segundo o costume. Os deveres, as virtudes, o patriotismo, a paz interna, as riquezas - eram os temas que se viam desfilar sob os olhos. Os direitos eram esquecidos, as virtudes acentuadas, e a reflexão sobre o amor da pátria, o apagar das tensões, o valor da virtude, conjugavam-se de forma indelével com o apelo aos bons costumes, à religião e à moral. Tudo isto apontava para a dissolução do radicalismo vintista e, daí, para uma concepção de liberalismo em que pontuava a moderação derivada da aliança dos valores do ontem e do hoje. Aliás, ter falado em restauração em vez da regeneração invocada pelos vintistas, como ela fez no primeiro poema, implicava a consciência de uma certa nostalgia de um passado que se pretendia manter em parte, deixando espaço para o presente.

112

A primazia deste no dualismo mencionado decorria do racionalismo condicionado do seu pensamento. Considerava a razão "o nosso atributo mais essencial e o mais nobre", mas considerava também "que é o órgão, pelo qual Deus nos instrui dos nossos deveres" e que, como guia das nossas acções, "pode conduzir-nos à felicidade"³. Ignorando o homem individual, deteve-se no homem social e na sua racionalidade, como princípio essencial à "qualidade de homem". Isto significa que, Joaquina Cândida, deixando para trás a concepção escatológica e a condição de criatura comum ao pensamento político do Antigo Regime, definiu o ser humano em função da razão, embora não como um princípio de direitos, mas como princípio de deveres. Consequentemente, os deveres eram racionais e racionáveis e traduziam-se em leis às quais todos e cada um tinham de obedecer sob pena de "deixar de ser homem"⁴.

No entanto, a presença de Deus mantinha-se no seu modo de pensar, como presença viva no dia a dia do homem social. "Deus governa o universo, mantém nele a sua ordem, foi igual com todos os homens"⁵. E indo mais além, aplicou a esse homem simultaneamente social e racional, a noção de ser religioso e de sujeito de deveres, uma e outra decorrente da mesma ideia de Deus. Daqui que amar a Deus sobre todas as coisas e seguir uma religião fossem por ela assumidos como deveres inalienáveis de todos os

³*Ibidem*, p.5.

⁴*Ibidem*

⁵*Ibidem*, p. 6.

seres humanos, incontornáveis para manter a paz social⁶ e para ter esperança de que a virtude viria a ser premiada e o vício castigado para além da vida terrena. Se o homem social, como ser de razão, encontrava em si a sua razão de ser, o homem religioso encontrava em Deus e num estado futuro o significado da sua existência. Razão e religião, vivência e escatologia, tornavam-se predicados comuns do ser humano. "Por maior que seja o delírio das nossas paixões - dizia ela - a razão tem os seus instantes para se reconhecer e a ideia de um Deus vingador e justo espanta e perturba o culpado"⁷.

A dualidade razão-religião, reflectida na dualidade liberalismo- cristianismo, informava toda a doutrina do *Catecismo*. A própria ideia de liberdade era uma das suas expressões. Seguindo o magistério do direito natural moderno, adoptou a ideia de ser a liberdade um "atributo da humanidade" e "inseparável da razão"⁸ e fez a distinção entre liberdade natural e liberdade civil. Passando para o campo da ruptura revolucionária, deixou claro que a contrapunha à escravidão e à tirania. Mas respondendo ao sentimento religioso, interpretou-a simultaneamente como um valor cristão: "O espírito de liberdade é o espírito do cristianismo", "a liberdade é um mimo do Céu", "o amigo da liberdade é o amigo do céu"⁹ - afirmava. E encarava a própria opressão social e política "como oposta às determinações de Deus"¹⁰. Este duplo entendimento da liberdade traduz o duplo entendimento do cidadão, como homem e como cristão. Realidade insuperável porque com origem na permanência da mundividência teológica, embora reconhecendo as especificidades próprias de cada perspectiva.

Um dos aspectos mais salientes desta distinção encontra-se na concepção que apresentava da política. A política pertencia à ordem do cidadão enquanto homem, não enquanto cristão. Aquele como tal, era um ser naturalmente vocacionado para a felicidade. O fim próprio da natureza humana traduzia-se, por isso, em duas palavras - ser feliz, que se tornavam por isso, o lema de toda a acção humana. A raiz iluminista deste destino humano, reflectia-se em todos os aspectos da sua vivência, entre os quais se encontrava a política. Esta constituía uma expressão particular de convivência humana, tendo por objectivo garantir nas pequenas comunidades o valor universal da felicidade, partilhado por toda a humanidade. Se o homem individual se destinava a ser feliz, o mesmo acontecia com o homem social, isto é, o homem na sua relação com os outros. A missão da política seria garantir-lhe essa realização, mediante governos sábios e leis justas. Qualificar a governação e o acto legislativo, significava, no contexto do *Catecismo*, aliar a política à moral. A virtude seria o guia de todos os governantes e torná-la presente em toda a sociedade, o seu objectivo fundamental. É evidente que a mundividência teológica da autora, não poderia deixar de estar presente ainda neste âmbito:

*A Providência tem estabelecido uma tal união entre a moral e política, que a felicidade de um estado, é sempre unida à prática da virtude e a sua ruína principia sempre em algum vício*¹¹.

No entanto, saliente-se mais uma vez, não estava em causa a religião em si

⁶*Ibidem*, p. 7.

⁷*Ibidem*, p. 9.

⁸*Ibidem*, p. 10.

⁹*Ibidem*, pp. 11-12.

¹⁰*Ibidem*, p. 11.

¹¹*Ibidem*, p. 41.



mesma, apenas a moral, sem dúvida com raízes no cristianismo, mas com preceitos próprios. Ou seja, nesta noção de virtude, reflectiam-se incidências sociais e políticas, e não religiosas. Nestes termos, o cidadão seria o homem de virtude, o governo justo o que a fazia praticar. Joaquina Cândida Lobo encontrava no governo representativo esta dupla imagem da virtude. Não porque fosse uma novidade, mas porque já dera os seus frutos no passado. Dizia ela: "Já gozámos esse bem em tempos mais felizes, e foi nessa brilhante época, que os portugueses arrombaram as portas do Oriente; fizeram tremer os mares com o peso das suas armadas; e colocaram as quinas portuguesas nas quatro partes do mundo"¹². Recorrer à história, tal como recorrer aos costumes corresponde sempre à moderação. Moderação no pensar e no viver. E, sendo assim, Joaquina Cândida, seria uma liberal conservadora, bem longe dos ímpetos idealistas do radicalismo vintista.

Havia, porém, um aspecto em que o seu modo de pensar, em nada se manifestou moderado. Isso aconteceu quando se referiu ao abandono a que os legisladores e os homens em geral tinham deixado as mulheres. Revelou-se então uma verdadeira defensora do feminino. Sem deixar de apontar as diferenças que separavam mulheres e homens, lembrava igualmente o que lhes era comum. Dizia que, no seu entender, as mulheres, sob o ponto de vista físico, eram "naturalmente" menos robustas que os homens. Isto significava que não estavam destinadas para "grandes trabalhos e fadigas"¹³. O mesmo não acontecia com as faculdades da alma. Sendo assim, tal como as deles, não podiam deixar de ser cultivadas e à sociedade cabia a responsabilidade de as promover sob pena de a posteridade acusar os tempos presentes de "negligência e desleixamento"¹⁴.

Ora o que acontecia era as mulheres serem impedidas de revelar e desenvolver as suas potencialidades e, ainda por cima, as acusarem de "desassisadas, ineptas para as letras e para os empregos, e lhes lancem no rosto a sua ignorância"¹⁵. O significado deste modo de tratar as mulheres esá bem patente nestas palavras amargas:

Os homens querem muito de propósito conservá-las ignorantes, para poderem a seu salvo exercer com elas um poder absoluto. Eles bem conhecem, que não há nada mais escravo que a ignorância, e por tanto já que elas os excedem nas graças e na beleza, procuram ao menos deprimi-las, sufocando-lhes os talentos, com que as enriqueceu a Natureza. É verdade, que nem todas seriam susceptíveis de cultura; porém a respeito dos homens sucede o mesmo¹⁶.

É certo que se esta crítica a enfileira no radicalismo denunciando os costumes da sociedade portuguesa coeva, apelar para a diferença e compaginá-la com a igualdade, revela mais uma vez o já conhecido pendor moderado. E, ao mesmo tempo, a abertura de espírito a novas ideias e a uma outra forma de pensar. O seu entendimento do liberalismo e do feminismo percorria caminhos paralelos, quiçá radicado na sua própria maneira de ser e no eco que um modo de pensar comum ao seu círculo de sociabilidade, ali encontrou expressão. Isto significa que no seu pensamento uma e outra problemática, longe de se sediarem em compartimentos estanques, pertenciam a uma mesma realidade.

¹²*Ibidem*, p. 52.

¹³*Ibidem*, p. 47.

¹⁴*Ibidem*

¹⁵*Ibidem*

¹⁶*Ibidem*, p. 47-48.

A mutação política implicava a mudança nos costumes e nas sociabilidades e seriam talvez estes a ditar o grau de êxito daquela.

Em suma. Joaquina Cândida ao escrever o seu Catecismo tinha no horizonte promover a instrução política tanto dos homens como das mulheres. É certo que aparentemente se lhes dirige exclusivamente, já que ao longo das páginas usa apenas o masculino. Mas da análise do conteúdo da sua mensagem ressalta que elas não podiam ser deixadas à margem de um processo que as envolvia e no qual não podiam deixar de participar de forma consciente, quando esclarecidas. Neste sentido, a orientação que pretendia transmitir ao escrever o Catecismo, no nosso entender, não se dirigia abstractamente aos cidadãos portugueses, mas às cidadãs e aos cidadãos. Para ela, aquelas tinham um lugar próprio na sociedade liberal e deviam contribuir para a sua edificação. Ao publicar o seu pequeno opúsculo pretendeu apelar às mulheres e aos homens para que se unissem na construção da sociedade do futuro.

E aqui, relembre-se mais uma vez que a fundamentação teórica da *respublica* liberal, tal como ela a entendia, se situava nos parâmetros da mundividência teológica que aliava ao ideário laico do valor da razão, do ideal de liberdade e da conquista da felicidade. Deste modo, em termos estritamente políticos e em sede da participação político-social feminina, a tradição enquadrava a revolução. O cariz do liberalismo de Joaquina Cândida implicava, pois, a intervenção individual e social das mulheres e, como tal, abria o caminho do futuro.



